



# Demonstrações Contábeis da União

---

Balanço Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais



Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

# Demonstrações Contábeis da União

---

Balanço Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais

Brasília  
Segundo trimestre de 2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilvan da Silva Dantas

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS DA UNIÃO

Francisco Wayne Moreira

COORDENADORA DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana

GERENTE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

EQUIPE TÉCNICA

Daniela Monteiro Rodrigues de Lima

Felipe Quitete Curi

Ivete Oliveira da Silva Ramos

Lara Cristina Caixêta Machado de Lima

Leúde da Silva Amorim

Marcos Poubel de Castro

Paulo Machado

Sandro Alex Bezerra Vieira

---

## Sumário

1. Demonstrativos Consolidados da União .....	7
1.1. Balanço Patrimonial.....	7
1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais .....	8
2. Notas Explicativas .....	9
2.1. Balanço Patrimonial.....	9
2.1.1 Ativo .....	9
2.1.1.1 Ativo Financeiro – Créditos em Circulação .....	9
2.1.1.2 Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação .....	9
2.1.1.3 Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Valores Pendentes a Curto Prazo .....	9
2.1.1.4 Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo .....	10
2.1.1.5 Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos .....	10
2.1.2 Passivo .....	11
2.1.2.1 Depósitos .....	11
2.1.2.2 Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação .....	11
2.1.2.3 Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo .....	11
2.1.2.4 Passivo Não Financeiro – Obrigações em Circulação e Exigível a Longo Prazo .....	11
2.1.2.5 Patrimônio Líquido – Reservas .....	12
2.1.2.6 Patrimônio Líquido – Resultado do Exercício .....	12
2.1.2.7 Patrimônio Líquido – Ajuste de Exercícios Anteriores.....	13
2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais .....	14
2.2.1 Variações Ativas .....	14
2.2.1.1 Receitas Correntes.....	14
2.2.1.2 Receitas de Capital.....	14
2.2.1.3 Deduções da Receita.....	14
2.2.1.4 Interferências Ativas Orçamentárias e Extraorçamentárias.....	15
2.2.1.5 Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores.....	15
2.2.1.6 Ajuste de Bens, Valores e Créditos .....	16
2.2.1.7 Ajuste de Obrigações .....	17

---

2.2.2 Variações Passivas .....	18
2.2.2.1 Investimentos .....	18
2.2.2.2 Mutações Passivas – Desincorporações de Ativos .....	18
2.2.2.3 Mutações Passivas – Incorporações de Passivos .....	18
2.2.2.4 Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos, Incorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores.....	18
2.2.2.5 Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos.....	19
2.2.2.6 Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Obrigações.....	19

# 1. Demonstrativos Consolidados da União

## 1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
R\$ milhares							
ATIVO				PASSIVO			
	Nota	30/06/11	31/12/10		Nota	30/06/11	31/12/10
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>				<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>			
Disponível		487.792.430,89	461.741.153,82	Depósitos	2.1.2.1	25.197.573,32	18.056.027,72
Créditos em Circulação	2.1.1.1	79.219.303,26	87.609.543,25	Obrigações em Circulação	2.1.2.2	118.498.800,33	170.246.041,22
Valores Pendentes a Curto Prazo		-	-	Valores Pendentes a Curto Prazo	2.1.2.3	(24.033.089,68)	3.255.126,77
Ativo Financeiro a Longo Prazo		62.798,54	61.135,20	Passivo Financeiro a Longo Prazo		6.367,23	3.134,55
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>567.074.532,69</b>	<b>549.411.832,27</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>119.669.651,20</b>	<b>191.560.330,26</b>
<b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>				<b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>			
Realizável a Curto Prazo				Obrigações em Circulação	2.1.2.4	855.034.445,65	584.681.971,25
Créditos em Circulação	2.1.1.2	503.656.707,75	362.679.136,30	Exigível a Longo Prazo	2.1.2.4	1.914.511.520,07	1.975.081.281,02
Bens e Valores em Circulação		18.820.388,31	18.257.660,32	Resultado de Exercícios Futuros		915.122,17	910.698,06
Valores Pendentes a Curto Prazo	2.1.1.3	29.167,43	27.408,48				
<b>Total do Realizável a Curto Prazo</b>		<b>522.506.263,49</b>	<b>380.964.205,09</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>		<b>2.770.461.087,88</b>	<b>2.560.673.950,33</b>
Realizável a Longo Prazo				<b>PASSIVO REAL</b>		<b>2.890.130.739,09</b>	<b>2.752.234.280,59</b>
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		382.767,01	379.034,94				
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.1.1.4	2.060.487.599,79	1.911.667.896,50	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>2.060.870.366,80</b>	<b>1.912.046.931,43</b>	Patrimônio Social/Capital Social		581.585.528,31	581.761.189,03
Permanente				Reservas	2.1.2.5	6.167.800,49	4.907.072,43
Investimentos	2.1.1.5	271.944.841,73	229.984.393,57	Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.748,72	1.748,72
Imobilizado		269.573.980,54	260.447.589,27	Ajustes do Patrimônio/Capital		(9.125,65)	-
Intangível		307.213,52	190.105,29	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(5.833.032,62)	(5.832.923,59)
Diferido		24.435,31	26.310,25	Resultado do Período	2.1.2.6	219.370.231,40	-
<b>Total do Permanente</b>		<b>541.850.471,10</b>	<b>490.648.398,38</b>	Ajuste de Exercícios Anteriores	2.1.2.7	887.744,34	-
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>		<b>3.125.227.101,39</b>	<b>2.783.659.534,91</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>802.170.894,99</b>	<b>580.837.086,59</b>
<b>ATIVO REAL</b>		<b>3.692.301.634,08</b>	<b>3.333.071.367,18</b>				
<b>ATIVO COMPENSADO</b>		<b>1.039.163.869,74</b>	<b>986.002.221,26</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>		<b>1.039.163.869,74</b>	<b>986.002.221,26</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.731.465.503,82</b>	<b>4.319.073.588,44</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.731.465.503,82</b>	<b>4.319.073.588,44</b>

## 1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS							
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
	Nota	30/6/2011	30/6/2010		Nota	30/6/2011	30/6/2010
R\$ milhares							
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>1.239.701.610,00</b>	<b>1.088.055.867,50</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>1.123.053.086,30</b>	<b>1.005.295.370,34</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	2.2.1.1			<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
Receita Tributária		177.681.672,27	142.556.844,68	Pessoal e Encargos Sociais		90.234.796,81	80.435.575,02
Receita de Contribuições		255.311.746,28	219.256.847,05	Juros e Encargos da Dívida		67.300.705,28	64.882.126,59
Receita patrimonial		32.516.360,10	26.782.320,80	Outras Despesas Correntes		290.657.538,95	256.678.261,14
Receita agropecuária		10.755,79	10.631,07	Despesa Corrente entre Órgãos do Orç.		6.825.557,16	6.105.085,49
Receita industrial		283.164,31	289.941,54	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>455.018.598,20</b>	<b>408.101.048,24</b>
Receita de serviços		23.122.810,26	19.797.107,47				
Outras Transferências Correntes		125.905,36	98.931,66				
Receitas Correntes a Classificar		3.441,59	18.876,24				
Outras Receitas Correntes		32.151.038,37	13.119.189,84				
Receita Corrente entre Órgãos do OFSS		6.136.387,10	5.385.651,35				
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>527.343.281,42</b>	<b>427.316.341,71</b>				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Operações de Crédito	2.2.1.2	301.239.777,02	250.106.836,53	Investimentos	2.2.2.1	3.102.219,41	5.402.710,89
Alienação de Bens		1.412.211,30	194.441,14	Inversões Financeiras		13.400.207,44	12.669.576,84
Amortiz. de Emprést./Financ.		26.640.714,72	11.990.820,46	Amortiz./Refinanciam. da Dívida		297.869.600,60	293.398.171,96
Outras Transferências de Capital		68.215,70	56.671,51	Desp. entre Órgãos do Orç.		400.054,54	244.812,94
Outras Receitas de Capital		25.474.869,01	23.557.666,01	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>314.772.081,99</b>	<b>311.715.272,63</b>
Receita de Capital entre Órgãos do OFSS		551.606,01	-				
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>355.387.393,76</b>	<b>285.906.435,65</b>				
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	2.2.1.3	<b>(32.772.427,13)</b>	<b>(5.172.688,49)</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	2.2.1.4	<b>651,72</b>	<b>0,00</b>	<b>MUTAÇÕES PASSIVAS</b>			
<b>MUTAÇÕES ATIVAS</b>				Desincorporação de Ativos	2.2.2.2	49.511.093,41	29.177.452,75
Incorporação de Ativos		25.562.428,38	23.434.135,67	Incorporação de Passivos	2.2.2.3	303.751.312,70	256.301.596,72
Desincorporação de Passivos		364.180.281,84	356.571.642,96	<b>TOTAL DAS MUTAÇÕES</b>		<b>353.262.406,11</b>	<b>285.479.049,47</b>
<b>TOTAL DAS MUTAÇÕES</b>		<b>389.742.710,22</b>	<b>380.005.778,64</b>				
<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>		<b>3.298.659.739,13</b>	<b>609.635.069,39</b>	<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>		<b>3.195.938.031,42</b>	<b>812.292.156,39</b>
<b>RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>2.519.604,20</b>	<b>511.613,24</b>	<b>DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>3.016.888,63</b>	<b>1.794.241,65</b>
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	2.2.1.4	<b>4,00</b>	<b>0,50</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>		<b>4,01</b>	<b>0,01</b>
<b>ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS</b>				<b>DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS</b>			
Incorporação de Ativos	2.2.1.5	2.059.601.057,69	300.361.832,82	Desincorporação de Ativos	2.2.2.4	1.708.557.061,26	262.881.147,96
Ajustes de Bens, Valores e Créd.	2.2.1.6	87.707.528,91	72.490.533,12	Ajustes de Bens, Valores e Créd.	2.2.2.5	12.342.229,48	5.963.172,95
Desincorporação de Passivos	2.2.1.5	512.981.892,71	65.083.996,98	Incorporação de Passivos	2.2.2.4	725.370.733,34	246.377.468,65
Ajustes de Obrigações	2.2.1.7	37.343.469,70	47.109.756,70	Ajustes de Obrigações	2.2.2.6	180.262.939,57	169.821.562,01
Valorizações Diversas		-	-	Outros Ajustes a classificar		-	-
Ajustes Montetários do Balanço		103.161,55	2.893,98	Ajustes Montetários do Balanço		29.809,52	190.859,15
Resultado da Equivalência Patr.		43.501.259,71	10.084.602,29	Resultado da Equivalência Patr.		3.078.242,49	7.608.358,47
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.2.1.5	554.901.760,65	113.989.839,77	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.2.2.4	563.280.123,13	117.655.345,54
<b>TOTAL DOS ACRÉSCIMOS</b>		<b>3.296.140.130,93</b>	<b>609.123.455,65</b>	<b>TOTAL DOS DECRÉSCIMOS</b>		<b>3.192.921.138,79</b>	<b>810.497.914,73</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>				<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>			
Déficit		-	119.896.589,84	Superávit		219.370.231,40	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>-</b>	<b>119.896.589,84</b>	<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>219.370.231,40</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS</b>		<b>4.538.361.349,13</b>	<b>1.817.587.526,73</b>	<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS</b>		<b>4.538.361.349,13</b>	<b>1.817.587.526,73</b>

---

## **2. Notas Explicativas**

### **2.1. Balanço Patrimonial**

#### **2.1.1 Ativo**

##### **2.1.1.1 ATIVO FINANCEIRO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO**

O item “Créditos em Circulação” teve uma redução de quase 8 bilhões de reais devido aos procedimentos de encerramento do exercício do ano de 2010.

Os recursos que são arrecadados ao longo do exercício entram em uma conta constante do item “Valores Pendentes a Curto Prazo”, do “Passivo Financeiro”. É comum que esse item seja apresentado com valores negativos durante o exercício devido à operacionalização da rotina da arrecadação, em que o registro da classificação da receita, que reduz o valor da conta, geralmente é feito antes da entrada efetiva do financeiro, momento em que ocorre o aumento do valor dessa conta.

Nessa situação, esse passivo negativo representa um ativo, pois trata-se da arrecadação de recursos da União. Assim, em 31 de dezembro, o seu saldo é transferido para o item “Créditos em Circulação” do ativo, para sua correta evidenciação na demonstração.

No entanto, em janeiro do ano seguinte é executada uma operação inversa, para permitir a operacionalização da rotina contábil normalmente no item “Valores Pendentes a Curto Prazo”.

Para maiores esclarecimentos, vide nota do item 2.1.2.3.

##### **2.1.1.2 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A CURTO PRAZO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO**

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da SRFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescido pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Desde então, periodicamente, os novos créditos registrados nos sistemas da SRFB são contabilizados no SIAFI. No exercício de 2011, até o mês de junho, houve um reconhecimento no “Realizável a Curto Prazo”, de cerca de R\$144 bilhões, valor esse que explica a relevante variação do item “Créditos em Circulação” do “Ativo Não Financeiro”.

Até junho de 2011, o item “Créditos Tributários a Receber” da Receita Federal atingiu o valor acumulado de R\$384.965.490.519,53.

##### **2.1.1.3 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A CURTO PRAZO – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO**

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” do “Ativo Não Financeiro”, no exercício de 2011, foi alocado para o item “Realizável a Curto Prazo”, para melhor evidenciação da informação contábil. Até 2010, o item “Valores Pendentes a Curto Prazo” do “Ativo Não Financeiro” encontrava-se no mesmo nível que o item “Realizável a Curto Prazo”.

#### 2.1.1.4 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Esse item sofreu mudanças em 2011, tendo sido reformulado o item “Dívida Ativa” e “Créditos Tributários a Longo Prazo”. Anteriormente, esses itens estavam agregados nos “Créditos da União, Estados e Municípios”. Devido ao montante dessas contas, elas agora estão evidenciadas em itens próprios.

Creditos realizáveis a longo prazo	Posição até		Variação sobre 2010 (a)/(b) %
	30/06/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Creditos da uniao, estados e municipios	23.928,74	1.025.021,70	-98%
Devedores - entidades e agentes	580,14	570,49	2%
Empréstimos e financiamentos	1.026.441,76	960.687,28	7%
Creditos a receber	13.306,60	13.227,16	1%
Provisao para perdas provaveis	-7.283,42	-7.291,81	0%
Provisao para devedores duvidosos - lp	-99.292,43	-99.310,66	0%
Investimentos	16.901,77	18.763,74	-10%
Divida ativa (lp)	1.038.515,72	0	-
Provisao para divida ativa (lp)	-561.632,97	0	-
Credito tributario a receber (lp)	609.021,69	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.060.487,60</b>	<b>1.911.667,90</b>	<b>8%</b>

Para o período de dezembro de 2010 a junho de 2011, houve aumento de R\$148.819,70 milhares nos “Créditos Realizáveis a Longo Prazo”. Desse montante, cerca de 90% foi decorrente do incremento no item “Dívida Ativa”, conforme quadro abaixo:

Divida Ativa	Posição até		Variação sobre 2010 (a)/(b) %
	30/06/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Divida Ativa	1.038.515,72	903.999,52	15%

Desse incremento na dívida ativa, a maior parte foi devido aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de R\$125.442,48 milhares, cerca de 90%. As unidades com maior participação nesse incremento foram as procuradorias de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Cabe também destacar o aumento no ativo “Empréstimos e financiamentos” de R\$65.754 milhares, no período analisado. Isto se deveu, em grande parte, às operações financeiras do Tesouro Nacional, em contratos de refinanciamento junto ao BNDES.

Neste período, o Tesouro Nacional emitiu R\$35 bilhões em operações com o BNDES, referentes aos contratos de refinanciamento nº619 e nº652/PGFN/CAF, com base na Lei nº12.397, de 23/03/2011 e Lei nº12.453, de 21/07/2011, respectivamente. Essas operações foram realizadas em março e junho de 2011.

#### 2.1.1.5 ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – INVESTIMENTOS

A variação encontrada, na ordem de 40 bilhões, é decorrente do ganho com equivalência patrimonial em duas empresas, Banco do Brasil S.A. e BNDES. O ganho obtido com o primeiro foi de cerca de 9 bilhões e, com o segundo, de 31 bilhões, sendo esse ganho, basicamente, devido aos ajustes de variação patrimonial dos ativos da BNDESPAR, empresa coligada ao BNDES.

---

## 2.1.2 Passivo

### 2.1.2.1 DEPÓSITOS

No segundo trimestre de 2011, o item “Depósitos” teve um crescimento de 39,6%, em função do acréscimo ocorrido nas contas de “Consignações” e de “Depósitos de Diversas Origens”. Nas consignações, destaca-se o acréscimo referente à “Retenção para Recolhimento às Entidades de Planos de Previdência e Assistência” e à “Retenção de Tributos Estaduais e Municipais (ISS/IRRF-GDF/PSSS-GDF)”. Quanto aos depósitos, o acréscimo refere-se à “Devolução de Transferências Voluntárias”, “Recebimento de Depósitos de Terceiros”, “Depósitos e Cauções” e “Depósitos Retidos sobre Fornecedores”.

### 2.1.2.2 PASSIVO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

No primeiro semestre de 2011, o item “Obrigações em Circulação” do “Passivo Financeiro”, teve uma redução significativa de cerca de R\$ 51,7 bilhões. Tal redução ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de Restos a Pagar.

O valor em 31/12/10 é normalmente maior porque, no final do ano, ocorre a inscrição de saldos em restos a pagar, com base no saldo de empenhos a liquidar. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

### 2.1.2.3 PASSIVO FINANCEIRO – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Esse item está com o saldo invertido, porque, em muitos casos, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

Para maiores esclarecimentos, vide nota do item 2.1.1.1.

### 2.1.2.4 PASSIVO NÃO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A diferença a maior encontrada no item “Obrigações em Circulação”, desde dezembro, deve-se ao mesmo fato apurado no 1º trimestre: a transferência do longo para o curto prazo, de obrigações obtidas por meio de “Operações de Crédito”.

Porém, do 1º para o 2º trimestre, houve um aumento significativo no “Exigível a Longo Prazo”, de R\$171,9 bilhões. Destaca-se o grande crescimento dos valores referentes à contratação de novas operações de crédito internas, sendo que a diferença chega a R\$176

bilhões. Por outro lado, as operações de crédito externas foram reduzidas em R\$4,4 bilhões.

Com essas contratações, o valor do “Exigível a Longo Prazo” acabou se aproximando do valor de dezembro de 2010, sendo que a diferença do total do grupo, que era de -12% em relação ao 1º trimestre, passou para -3% no 2º trimestre.

A grande variação observada no item “Outros Credores – Entidades e Agentes” em relação a dezembro de 2010 se deve basicamente a lançamentos para registro do resultado negativo do BACEN (custo das reservas) ao longo do primeiro semestre de 2011, conforme planilha BACEN e informação da GEROR/CODIV.

Para um melhor entendimento, seguem abaixo as tabelas com a composição dos itens “Obrigações em Circulação” e “Exigível a Longo Prazo”, ambos do “Passivo Não Financeiro”.

Obrigações em Circulação	Posição até			R\$ milhares	
	30/6/2011 (a)	31/03/2011 (b)	31/12/2010 (c)	Varição no trimestre (a)/(b) %	Varição sobre 2010 (a)/(c) %
	Operações de Crédito	735.247.945,95	790.651.308,76	553.023.613,14	-7%
Outros Credores - Entidades e Agentes	94.570.631,37	68.708.679,97	51.554.575,53	38%	83%
Retificação de RP não processados a Liquidar	(53.680.701,23)	(74.979.245,86)	(103.282.259,89)	-28%	-48%
Outros	78.896.569,55	84.494.356,21	83.386.042,47	-7%	-5%
<b>TOTAL</b>	<b>855.034.445,65</b>	<b>868.875.099,08</b>	<b>584.681.971,25</b>	<b>-2%</b>	<b>46%</b>

Exigível a Longo Prazo	Posição até			R\$ milhares	
	30/06/2011 (a)	31/03/2011 (b)	31/12/2010 (c)	Varição no trimestre (a)/(b) %	Varição sobre 2010 (a)/(c) %
	Obrigações Exigíveis a Longo prazo	1.885.869.810,24	1.714.487.847,26	1.947.436.516,37	10%
Outros	28.641.709,83	28.130.365,21	27.644.764,65	2%	4%
<b>TOTAL</b>	<b>1.914.511.520,07</b>	<b>1.742.618.212,46</b>	<b>1.975.081.281,02</b>	<b>10%</b>	<b>-3%</b>

#### 2.1.2.5 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESERVAS

A variação encontrada nesse item se deve ao aumento da “Reservas de Transferências para Aumento de Capital”, relacionada aos adiantamentos para futuros aumentos de capital – AFAC. O aumento registrado deve-se ao repasse para futuro aumento de capital das empresas VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (da ordem de R\$875,5 milhões), DOCAS RJ (212,5 milhões), CPRM (191,3 milhões), e da Empresa Brasileira de Hemoderivados (120 milhões).

#### 2.1.2.6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O valor da linha “Resultado do Período” corresponde à apuração feita na DVP. Em dezembro de 2010, aparece zerada, pois esse saldo é transferido para as reservas e para a linha “Patrimônio” no encerramento do exercício.

A diferença verificada no “Patrimônio Líquido”, cerca de R\$221 bilhões, é resultante, basicamente, do item “Resultado do Período”, não havendo mais qualquer alteração significativa no Patrimônio Líquido.

---

#### **2.1.2.7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

O valor de R\$887.744,34 apresentado no item “Ajuste de Exercícios Anteriores” corresponde principalmente a registros referentes a mudanças de critérios contábeis, tais como o reconhecimento de créditos tributários, o registro da provisão relacionada a esses créditos e o início da contabilização da depreciação. A conta contábil que compõe esse item foi criada em 2010, ano em que se iniciaram essas mudanças, porém, em dezembro de 2010, aparece zerada, pois esse saldo é transferido para a linha “Patrimônio” no encerramento do exercício.

---

## **2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais**

### **2.2.1 Variações Ativas**

#### **2.2.1.1 RECEITAS CORRENTES**

Segundo a Receita Federal, no primeiro semestre de 2011, o aumento considerável da arrecadação das receitas correntes, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, em comparação com o primeiro semestre de 2010, é devido ao crescimento no volume geral de vendas, ao crescimento da produção industrial, ao crescimento da massa salarial e ao encerramento das desonerações relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis desde abril de 2010.

#### **2.2.1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

A variação apontada, de cerca de R\$50 bilhões de reais, é devido ao aumento com a receita de refinanciamento da dívida pública.

Essa diferença, no entanto, é resultado de duas grandes variações, uma que aumenta a receita de refinanciamento em cerca de R\$100 bilhões e outra que diminui essa mesma receita em cerca de R\$50 bilhões.

Para se entender melhor o que será explicado, é necessário saber que a receita de refinanciamento é devida à emissão de títulos públicos atrelada ao pagamento da dívida pública, ou seja, títulos são emitidos (receita com operação de crédito) para pagar a própria dívida, daí o nome refinanciamento. Essa emissão pode ser feita para se pagar o principal da dívida, juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Banco Central do Brasil (BACEN).

No exercício de 2010, até junho, houve a necessidade de emissão de títulos, de cerca de 50 bilhões de reais, para pagamento do resultado negativo do BACEN, fato que não ocorreu até junho 2011. Dessa maneira explica-se, até junho de 2011, uma receita de operações de crédito cerca de 50 bilhões menor que até junho de 2010.

Em contrapartida, no exercício de 2011, o vencimento das NTN-B (tipo de título público) foi em maio, enquanto que, no exercício de 2010, tal vencimento ocorreu somente em agosto. A NTN-B tem com regra, se ano ímpar, vencimento em 15 de maio; se ano par, vencimento em 15 de agosto. Com isso, em maio de 2011, houve a necessidade de emissão de títulos para pagamento das NTN-B que estavam vencendo, fato que não ocorreu em maio de 2010. Assim, explica-se, até junho de 2011, uma receita de operações de crédito cerca de 100 bilhões maior que no mesmo período de 2010.

Com base nesses fatos, chega-se ao aumento aproximado de R\$50 bilhões de reais, obtido no item “Operações de Crédito”.

#### **2.2.1.3 DEDUÇÕES DA RECEITA**

No segundo trimestre de 2011, as “Deduções da Receita” sofreram um acréscimo de 533,6% em relação ao segundo trimestre de 2010. A evolução do seu saldo está associada principalmente aos seguintes fatos:

- 
- a) No Ministério das Cidades, “Descontos Concedidos” e “Restituições” relativos a multas previstas na legislação de trânsito;
  - b) Na Presidência da República, “Outras Deduções” referentes à receita com ônus de sucumbência;
  - c) No Ministério da Fazenda, “Descontos Concedidos”, “Outras Deduções” e “Restituições”, referentes à amortização de empréstimos e restituição de impostos;
  - d) Na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, “Retificações” relativas à receita com serviços administrativos;
  - e) No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, “Restituições” da receita da dívida ativa do INMETRO; e
  - f) No Ministério da Cultura, “Restituições” de recursos de convênios referentes a exercícios anteriores.

#### **2.2.1.4 INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS**

O valor das interferências ativas e passivas deve ser bem próximo de zero, já que estas devem se anular na consolidação, restando, durante o ano, apenas um pequeno saldo (da ordem de centavos) decorrente de variação cambial. O valor desses itens, em dezembro, deve ser necessariamente igual a zero.

Os valores das “Interferências Ativas” orçamentárias e extraorçamentárias apresentados ao longo do primeiro semestre representam erros operacionais que deverão ser corrigidos no decorrer do exercício.

#### **2.2.1.5 ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – INCORPORAÇÕES DE ATIVOS, DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

A quase totalidade da diferença existente entre os valores de 2011 e 2010 (R\$ 415 bilhões), nesses itens, é devido à regularização de inscrição de recursos diferidos do exercício anterior. A regularização foi necessária, pois, em 2010, na ocasião do encerramento do exercício, não foi efetuada a conciliação da conta de disponibilidades em uma das unidades, restando, por um lado, um saldo de “Recursos a Receber” em fonte sem detalhamento e, por outro, um saldo de “Diferido” em fonte com detalhamento. Assim, em 2011, foi necessária a regularização desse saldo, o que impactou as contas de variação em exercícios anteriores, tanto em acréscimos quanto em decréscimos patrimoniais, uma vez que a diferença havia se dado na unidade gestora e em sua setorial financeira.

Operacionalmente, essa diferença ocorre devido a uma peculiaridade das rotinas da Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Como exemplo, temos a fonte “0101 – Fonte sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados”. No momento do empenho para transferência a estados e municípios, utiliza-se a fonte não detalhada (Fonte 0101000000). Porém, anteriormente ao momento da liberação dos recursos financeiros a título de FPE e FPM, a mesma fonte é detalhada para melhor identificação dos recursos. Na ocasião do encerramento do exercício, na apuração de diferido ou recursos a receber, quando não há a conciliação prévia da disponibilidade por fonte de recursos, o sistema encontra o valor diferido de um lado (nesse caso, na fonte detalhada) e recursos a receber de outro (na fonte não detalhada). A

COFIN efetuou, em março, o ajuste desses valores, utilizando eventos no SIAFI para a baixa dos valores diferidos registrados no exercício anterior e baixa de recursos de limite de Restos a Pagar.

O primeiro lançamento feito para baixar o valor de recursos a receber da fonte não detalhada afetou, na setorial financeira, as contas 523313500 - BAIXA DE RECURSOS A LIBERAR POR RETIFICAÇÃO e 623314100 - RECURSOS A LIBERAR BAIXADOS, gerando impacto na DVP nas linhas “Incorporação de Passivos” (devido ao crédito na conta 212162400 - \* RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA) e Desincorporação de Passivos (devido ao débito da conta 212161200 - RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP). Afetou também, na COFIN, as contas 523170103 - RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP BAIXADOS e 623170113 - BAIXA DE RECURSOS A RECEBER POR RETIFICAÇÃO, impactando as linhas “Desincorporação de Ativos” (devido ao crédito na conta 112161200 - RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP) e “Incorporação de Ativos” (devido ao débito na conta 112162400 - \* RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA).

O segundo lançamento, feito para ajustar a fonte detalhada afetou, na setorial financeira, a conta 523810200 - AJUSTES FINANCEIROS, impactando a linha “Ajustes de Exercícios Anteriores” no lado das “Variações Passivas”, e a conta 623810200 - AJUSTES FINANCEIROS na COFIN, impactando a linha “Ajustes de Exercícios Anteriores” no lado das “Variações Ativas”. As contrapartidas dessas contas são as contas 512150300 e 612150300 - SUB-REPASSE DIFERIDO, que, apesar de serem contas de variação, não aparecem na DVP consolidada devido à exclusão do grupo 512 X 612 – Interferências.

Após o referido acerto, a COFIN vem envidando esforços para efetuar a conciliação periodicamente, de forma a evitar que a apuração do diferido e recursos a receber no encerramento do exercício seja feita indevidamente.

A diferença restante existente no item “Incorporações de Ativos” é, basicamente, devido à incorporação de novos créditos tributários pela Receita Federal do Brasil (ver nota 2.1.1.1).

Além disso, houve significativa incorporação de novos créditos tributários pela Receita Federal do Brasil, referentes a “Créditos de Contribuições” e “Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.

#### 2.2.1.6 AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item “Ajuste de bens, Valores e Créditos” apresentou, de janeiro a junho de 2011, em relação ao mesmo período do ano passado, uma variação de 21% (cerca de R\$15,2 bilhões), e dois de seus subitens apresentaram variações percentuais relevantes, conforme tabela abaixo.

Ajustes de Bens, Valores e Créditos	Posição até		Variação absoluta (a-b)	R\$ milhares
	30/06/2011 (a)	30/06/2010 (b)		Variação sobre 2010 (a)/(b) %
Reavaliações de Bens	7.200.390.561,47	2.942.417.296,70	4.257.973.264,77	145%
Reavaliações de Títulos e Valores	2.848.289.712,15	3.192.979.606,50	-344.689.894,35	-11%
Ajustes de Créditos	77.232.278.948,50	66.138.736.322,24	11.093.542.626,26	17%
Outros	426.569.689,50	216.399.889,88	210.169.799,62	97%
<b>TOTAL</b>	<b>87.707.528.911,62</b>	<b>72.490.533.115,32</b>	<b>15.216.995.796,30</b>	<b>21%</b>

---

**a) Reavaliação de Bens**

O item “Reavaliação de Bens” apresentou uma variação de 145% (cerca de R\$4,3 bilhões) em relação a igual período de 2010, devido, basicamente, a uma reavaliação de imóveis realizada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) na Universidade Federal de Goiás. Como esse valor não era procedente, e no SPIUnet não é possível a realização de estorno, foi efetuado um lançamento compensatório, no mesmo sistema, que impactou o item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” das “Variações Passivas”.

**b) Outros Ajustes de Bens, Valores e Créditos**

O item “Outros Ajustes de Bens, Valores e Créditos” apresentou uma variação de 97% (cerca de R\$210 milhões) em relação a igual período de 2010, decorrente de rotina relacionada a compras centralizadas do Ministério da Defesa para distribuição entre as suas UG de diversos materiais como veículos, capacetes de combate, colete balístico e outros materiais para estoque interno e de distribuição.

**2.2.1.7 AJUSTE DE OBRIGAÇÕES**

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Ativas” representa a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve redução de R\$ 9,7 bilhões ao se comparar junho de 2011 com junho de 2010, e essa redução está evidenciada principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda.

Conforme quadro abaixo, dentre outros fatores que contribuíram para essa redução, destacam-se os seguintes:

- a) Aumento de R\$6,1 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, um aumento na desvalorização monetária da dívida;
- b) Redução de R\$12,7 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
- c) Redução de R\$4 bilhões na variação cambial negativa da dívida, ou seja, a dívida diminuiu menos em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.

Variação Ativa das Obrigações <sup>1</sup>	Posição até		Variação sobre 2010
	30/06/2011 (a)	30/06/2010 (b)	(a) – (b)
Obrigações Internas	31.333.972.687,98	37.839.766.322,54	(6.505.793.634,56)
Atualização Monetária	7.313.010.391,35	1.142.294.348,82	6.170.716.042,53
Juros e Encargos	24.020.962.296,63	36.697.471.973,72	(12.676.509.677,09)
Obrigações Externas	5.003.676.926,23	9.018.712.893,84	(4.015.035.967,61)
Variação Cambial	5.003.676.926,23	9.018.712.893,84	(4.015.035.967,61)
<b>Total</b>	<b>36.337.649.614,21</b>	<b>46.858.479.216,38</b>	<b>(10.520.829.602,17)</b>

1 - Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda

## 2.2.2 Variações Passivas

### 2.2.2.1 INVESTIMENTOS

O valor a menor no 1º semestre do ano de 2011 ocorreu principalmente em função de redução de despesas com obras e instalações, equipamentos e materiais permanentes, diminuição do auxílio a Estados, aquisição de armamentos e munições e serviços técnicos e profissionais. Essa redução foi evidenciada nos seguintes órgãos:

- Ministério dos Transportes – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Ministério da Defesa – Comando da Marinha;
- Ministério das Cidades – Caixa Econômica Federal – Programas Sociais.

### 2.2.2.2 MUTAÇÕES PASSIVAS – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS

O item “Desincorporação de Ativos” teve uma valorização de 70% no período de junho de 2010 a junho de 2011. Dentre os itens que o compõem no demonstrativo, o item “Liquidação de Créditos” obteve maior variação com 65% de incremento.

No detalhamento do item “Liquidação de Créditos”, verificamos grande ocorrência de movimentação financeira na conta de “Empréstimos e Financiamentos”.

### 2.2.2.3 MUTAÇÕES PASSIVAS – INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS

Os itens de maior relevância foram:

- Emissão de títulos destinados à oferta pública para pessoas físicas por meio do Tesouro Direto, via internet, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda;
- Registro de reserva de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), conforme mencionado na nota explicativa nº2.1.2.5 do Balanço Patrimonial e cuja rotina impacta também esse grupo de contas.

### 2.2.2.4 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS, INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As diferenças existentes no valor desses itens, entre junho de 2010 e junho de 2011, encontram-se explicitadas na nota 2.2.1.5.

#### 2.2.2.5 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” encontra-se detalhado na tabela a seguir:

Ajustes de Bens, Valores e Créditos	Posição até		Variação absoluta (a-b)	R\$ milhares
	30/06/2011 (a)	30/06/2010 (b)		Variação sobre 2010 (a)/(b) %
Desvalorização de Bens	5.287.837.810,14	661.017.659,36	4.626.820.150,78	700%
Desvalorização de Títulos e Valores	3.852.582.171,28	2.024.506.312,43	1.828.075.858,85	90%
Depreciação, Amortização e Exaustão	596.911.578,48	326.198.857,53	270.712.720,95	83%
<b>TOTAL</b>	<b>9.737.331.559,90</b>	<b>3.011.722.829,32</b>	<b>6.725.608.730,58</b>	<b>873%</b>

O item desvalorização de bens imóveis apresentou variação percentual de 700% até junho de 2011 em relação à mesma despesa do período do ano anterior, em virtude de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet (conforme explicitado no item “Reavaliação de Bens”) na Universidade Federal do Goiás (Ministério da Educação).

O item de desvalorização de títulos e valores apresentou variação expressiva tendo em vista a atualização de cotas no Fundo Soberano do Brasil (Ministério da Fazenda).

O item “Depreciação, Amortização e Exaustão”, continua com diferença expressiva em relação a igual período anterior (83%), tendo em vista a continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macrofunção 02.03.30 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações).

#### 2.2.2.6 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE OBRIGAÇÕES

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Passivas” representa a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Passivas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve aumento de R\$ 10,4 bilhões ao se comparar junho de 2011 com junho de 2010, e esse aumento está evidenciado principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda.

Conforme quadro abaixo, dentre outros fatores que contribuíram para esse aumento, destacam-se os seguintes:

- a) Redução de R\$33,6 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma diminuição na valorização monetária da dívida;

- b) Aumento significativo nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R\$53 bilhões, ou 114%). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
- c) Redução de R\$9,4 bilhões na variação cambial positiva da dívida, ou seja, a dívida aumentou menos em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.
- d) Redução de R\$497 milhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

Variação Passiva das Obrigações <sup>1</sup>	Posição até		R\$ milhares
	30/06/2011 (a)	30/06/2010 (b)	Variação sobre 2010 (a) – (b)
	Obrigações Internas	172.547.817.622,96	153.176.880.423,98
Atualização Monetária	76.742.249.657,82	110.384.954.651,67	(33.642.704.993,85)
Juros e Encargos	95.805.567.965,14	42.791.925.772,31	53.013.642.192,83
Obrigações Externas	5.583.284.700,78	15.448.000.911,59	(9.864.716.210,81)
Variação Cambial	1.261.182.076,84	10.628.722.025,77	(9.367.539.948,93)
Juros e Encargos	4.322.102.623,94	4.819.278.885,82	(497.176.261,88)
<b>Total</b>	<b>178.131.102.323,74</b>	<b>168.624.881.335,57</b>	<b>9.506.220.988,17</b>

1 - Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda